

A hand holding a wooden gavel against a yellow background. The gavel is positioned vertically, with the head at the top and the handle extending downwards. The hand is gripping the handle, and the gavel's head is partially obscured by the large text 'DIREITO:'.

DIREITO:

JUSTIÇA, POLÍTICAS
PÚBLICAS E AS
RELAÇÕES ENTRE
ESTADO E SOCIEDADE

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2021



DIREITO:

JUSTIÇA, POLÍTICAS
PÚBLICAS E AS
RELAÇÕES ENTRE
ESTADO E SOCIEDADE

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito: justiça, políticas públicas e as relações entre estado e sociedade / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-719-2

DOI 10.22533/at.ed.192210801

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de (Organizadora). III. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO: JUSTIÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica inclusiva que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente diverso e de/para todos.

Temos, nesse primeiro volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos de direitos humanos; direito penal, sistema prisional e violência doméstica; além de sociedade e novas reflexões sobre o direito.

Estudos de direitos humanos traz análises relevantes sobre a Comissão Interamericano de Direitos Humanos, migração, mobilidade urbana e refugiados.

Em estudos de direito penal, sistema prisional e violência doméstica são verificadas contribuições que versam sobre acordo de não persecução penal, direito à saúde e cárcere, rebeliões, encarceramento da população negra, superpopulação prisional, porte e posse de arma, feminicídio e violência doméstica.

Sociedade e novas reflexões sobre o direito aborda questões como a visão da temática de direitos humanos perante estudantes, gênero, feminismo, democracia e sociedade patriarcal.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COMO EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL

Maíra Bogo Bruno

DOI 10.22533/at.ed.1922108011

CAPÍTULO 2..... 12

OFENSA A CONVENÇÃO SOBRE O DIREITO DAS CRIANÇAS COMETIDA PELOS ESTADOS UNIDOS: A SEPARAÇÃO DE FAMÍLIAS COMO POLÍTICA DE RETENÇÃO A MIGRAÇÃO

Newton Teixeira Carvalho

Renata Cristina Araújo

DOI 10.22533/at.ed.1922108012

CAPÍTULO 3..... 25

MOBILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE COM FOCO NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Odoncleber de Souza Machado

Sílvia Leiko Nomizo

Mônica Renata Dantas Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.1922108013

CAPÍTULO 4..... 38

AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO EFETIVAÇÃO DO DIREITO DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL

Jonas Modesto de Abreu

Bruno Henrique Martins de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.1922108014

CAPÍTULO 5..... 51

APLICABILIDADE TEMPORAL DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Daniel Godoy Danesi

Luis Carlos Simionato Junior

DOI 10.22533/at.ed.1922108015

CAPÍTULO 6..... 68

O DIREITO HUMANO À SAÚDE NO CÁRCERE: INCONSTITUCIONALIDADES DO PACOTE ANTICRIME E O CERCEAMENTO AO DIREITO DE VISITA

Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira

Camila Miranda Vidigal

DOI 10.22533/at.ed.1922108016

CAPÍTULO 7..... 78

REBELIÕES E CRIMES BÁRBAROS NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DO MONTE CRISTO (PAMC): A CRISE NO SISTEMA PRISIONAL DE RORAIMA

Gibton Pereira de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.1922108017

CAPÍTULO 8	96
O NEGRO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: O ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA	
Georgia Cristina Neves Couto Marcelle Paula Almeida Santos Jade Couto Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.1922108018	
CAPÍTULO 9	109
SUPERPOPLAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: A NÃO EFETIVAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E DOS DIREITOS HUMANOS	
Luan Pereira Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.1922108019	
CAPÍTULO 10	121
QUEM NÃO QUER SER LOBO NÃO LHE VESTE A PELE – ANÁLISE DO CASO SALTÃO	
Susana Costa	
DOI 10.22533/at.ed.19221080110	
CAPÍTULO 11	129
FLEXIBILIZAÇÃO DO PORTE E POSSE DE ARMA DE FOGO: O ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA	
Rucélia Patricia da Silva Marques Andressa do Nascimento José Roberto Alves da Silva Matheus Santos Baptista Luanda Pinheiro Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.19221080111	
CAPÍTULO 12	141
O FEMINICÍDIO E A FRUSTRAÇÃO DO DIREITO DE VIVER DA MULHER NEGRA BRASILEIRA	
Ana Cristina Tomasini	
DOI 10.22533/at.ed.19221080112	
CAPÍTULO 13	150
ANÁLISE SITUACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO EM SONORA - MS	
Paulo Henrique da Silva Jacqueline de Carvalho Valentim Maria Sirene da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19221080113	
CAPÍTULO 14	159
A PROTEÇÃO SOCIAL DAS MULHERES CONTRA VIOLÊNCIA DOMESTICA E A PERSPECTIVA DE DIREITOS: UMA REFLEXÃO DESDE AMERICA LATINA AO	

TOCANTINS

Eliseu Riscaroli

DOI 10.22533/at.ed.19221080114

CAPÍTULO 15..... 173

O QUE PENSAM OS JOVENS ESTUDANTES SOBRE A TEMÁTICA “DIREITOS HUMANOS”

Márcia Elisa Teté Ramos

DOI 10.22533/at.ed.19221080115

CAPÍTULO 16..... 185

GÊNERO, FILOSOFIA E DIREITOS: O FEMINISMO E O LIBERALISMO POLÍTICO

Vitor Amaral

DOI 10.22533/at.ed.19221080116

CAPÍTULO 17..... 195

DEMOCRACIA, STF E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias

Isadora Vier Machado

DOI 10.22533/at.ed.19221080117

CAPÍTULO 18..... 213

AS LEIS E A SEGREGAÇÃO: COMO AS LEIS INFLUENCIARAM A SEGREGAÇÃO SEXUAL NA SOCIEDADE PATRIARCAL CONTEMPORÂNEA

Milena Guerin Alves

DOI 10.22533/at.ed.19221080118

SOBRE OS ORGANIZADORES 221

ÍNDICE REMISSIVO..... 222

O FEMINICÍDIO E A FRUSTRAÇÃO DO DIREITO DE VIVER DA MULHER NEGRA BRASILEIRA

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 06/12/2020

Ana Cristina Tomasini

Faculdades Integradas de Taquara – PPGDR –
Bolsista Capes
Três Coroas / RS
<http://lattes.cnpq.br/0541852451737910>

RESUMO: Contemporaneamente, um olhar para o direito de viver da mulher negra deve ser o novo objeto de luta da sociedade. A violência contra a mulher negra é a manifestação mais perversa da desigualdade de gênero e raça. O objetivo desta pesquisa foi verificar o crescimento do feminicídio praticado contra Mulheres Negras e Mulheres Não-Negras, no lapso temporal de 2000 a 2017, em nível de Brasil. Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho quantitativo, sendo que a coleta de dados se dará por meio da plataforma virtual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Como resultados, foi possível contabilizar 43.042 (quarenta e três mil e quarenta e dois) crimes de feminicídios praticados no território brasileiro, contra mulheres negras, entre os anos de 2000 a 2017. Verificou-se também, que os casos de feminicídios raciais no Brasil apresentaram um aumento percentual de 99,51% se comparados os anos de 2000 com 2017, constatando a gravidade e o aumento descontrolado desta manifestação violenta e inadmissível contra a população feminina negra.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Feminicídio. Direito à Vida.

FEMINICIDE AND THE FRUSTRATION OF THE RIGHT TO LIVE OF BRAZILIAN BLACK WOMEN

ABSTRACT: At the same time, looking at the black woman's right to live must be the new object of society's struggle. Violence against black women is the most perverse manifestation of gender and race inequality. The objective of this research was to verify the growth of femicide practiced against Black Women and Non-Black Women, in the time span from 2000 to 2017, in Brazil. This study is a bibliographic and documentary research, of a quantitative nature, and the data collection will take place through the virtual platform of the Institute of Applied Economic Research (IPEA). As a result, it was possible to account for 43,042 (forty-three thousand and forty-two) crimes of femicide committed in the Brazilian territory, against black women, between the years 2000 to 2017. It was also found that the cases of racial femicides in Brazil showed a percentage increase of 99.51% compared to the years 2000 with 2017, confirming the seriousness and uncontrolled increase of this violent and inadmissible manifestation against the black female population.

KEYWORDS: Black Women. Femicide. Right to life.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo enfocará as trajetórias dos movimentos feministas, a perversa manifestação da violência sofrida pelas mulheres e o intolerável preconceito por questão racial. Temos

nessa conjuntura a conhecida: *MULHER NEGRA!* Esta será a personagem principal desta pesquisa. Os movimentos coletivos de luta das mulheres são os conhecidos movimentos feministas. Eles representam o grupo de pessoas do gênero feminino, ou simpatizante desta população, que buscam seus direitos e também sua plena emancipação. Este estudo retratará a crescente violência por gênero e raça que, apesar de todos os movimentos de lutas e políticas públicas, ainda tortura cotidianamente muitas mulheres, principalmente as mulheres negras, em nosso país.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra como direitos e garantias fundamentais, no seu 5º artigo, a inviolabilidade do direito à vida. Outros instrumentos legais favorecem a proteção da mulher por todo o mundo, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher; o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; a Lei Maria da Penha; e a recente Lei nº 13.104 de 2015 que prevê o instituto legal do feminicídio no nosso ordenamento jurídico (ALBUQUERQUE, 2020). A violência contra a mulher negra é a manifestação mais perversa da desigualdade de gênero e raça, pois atinge o principal bem de uma pessoa: a vida.

Esse artigo está dividido em quatro seções. Nesta introdução foi brevemente narrada a temática deste estudo. Em seguida, na segunda seção, que tem como título “Movimentos Feministas e a violência contra a mulher” será discorrido as ações e movimentos de luta pelas mulheres vítimas de violência. Na terceira seção, intitulada “Percurso metodológicos da pesquisa” será apresentado o design e o processo metodológico deste trabalho. Na quarta seção, de título “O feminicídio e a frustração do direito de viver da mulher negra brasileira” serão apresentados os resultados dos feminicídios cometidos contra as mulheres negras no nosso país, retratando o cenário de violência por gênero e raça à luz do referencial teórico adotado. Por fim, na quinta e última seção, serão apresentadas as “Considerações finais” deste manuscrito.

2 | MOVIMENTOS FEMINISTAS E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nessas quatro últimas décadas de história, de forma muito acentuada, assistimos a união e a força das mulheres pela liberdade, igualdade e equidade junto aos seus pares. Uma importante conquista desse movimento de luta pelas feministas foi à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985. A ideia de uma estrutura estatal que atuasse em favor dos direitos das mulheres foi o que representou a criação do CNDM. A principal finalidade deste conselho foi de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher, em âmbito nacional. Depois de instalado, o CNDM promoveu a mobilização das mulheres para influenciar a Assembléia Nacional Constituinte, surgindo a partir disso, o Movimento Lobby do Batom (AVELINO *et al*, 2020).

O apelido Lobby do Batom foi, inicialmente, uma forma de chamamento pejorativo

criado pelos parlamentares incomodados com a presença das feministas pelos corredores do Congresso Nacional, em meados dos anos 80. Entretanto, a criatividade do movimento feminista utilizou-se desta idéia para transformar este nome em instrumento de campanha e conscientização sobre a causa pela qual lutavam. O resultado de todo o manifesto verificou-se nas eleições de 1986, quando a “representação feminina no Congresso Nacional foi mais que triplicada, passando de 08 (oito) deputadas federais para 26 (vinte e seis) deputadas constituintes, num total de 559 (quinhentos e cinquenta e nove) parlamentares eleitos” (SCHUMAHER, 2018, p.3).

O Movimento Lobby do Batom, formado em 1985 buscava a igualdade entre homens e mulheres, na época. A frase utilizada na campanha foi “Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher”. Infelizmente, após mais de trinta anos da aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil, ainda observamos o desprezo com alguns dos direitos das mulheres, inclusive com violação do direito à vida (SCHUMAHER, 2018). Esse manifesto foi o propulsor de importantes mudanças e conquistas para a população feminina daquela época e que surte efeitos, hodiernamente.

Albuquerque (2020) explica que o feminismo, enquanto movimento de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, também buscava descrever como e por que aconteciam essas desigualdades. A ideia era entender as representações do masculino e do feminino nas relações sociais. Sobre isso, Albernaz e Longhi (2009) esclarecem que a biologia não determina o comportamento humano, o que é determinante é o arranjo de valores decorrente da cultura. Nesse sentido, é possível afirmar que o comportamento dos homens e das mulheres “decorre principalmente da leitura cultural sobre seus corpos” e que “se estas leituras são uma criação humana, então nós podemos fazer novas escolhas e alterar o que é tido como imutável no comportamento humano” (ALBERNAZ; LONGHI, 2009, p.82). A violência não é inata ao ser humano, é, lamentavelmente, apreendida.

E dessa forma, a “categoria gênero foi cunhada dentro do movimento feminista” (ALBUQUERQUE, 2020, p.2). O comportamento humano deve ser entendido pela conexão entre a natureza e cultura e não apenas pelas diferenças biológicas. A partir dessas compreensões, é possível ampliar o olhar para o processo de representação do homem e da mulher, entender que a desigualdade pode ser uma derivação de uma organização social que privilegia o masculino sobre o feminino baseada em uma cultura patriarcal (ALBERNAZ; LONGHI, 2009) e chegar ao complexo e grave evento da violência sofrida pelas mulheres: o feminicídio.

3 | PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O objetivo desta pesquisa foi verificar o crescimento do feminicídio praticado contra Mulheres Negras no lapso temporal de 2000 a 2017, em nível nacional. Comparar e analisar os resultados com o número de feminicídios praticados contra as Mulheres Não

Negras. Realizar discussões acerca das causas dessa violência e de possíveis soluções para esse enfrentamento. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho quantitativo, com estudo de série temporal, utilizando-se dados secundários. O período de coleta de dados ocorreu no mês de agosto de 2020 e foi realizado por meio da plataforma virtual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

4 | O FEMINICÍDIO E A FRUSTRAÇÃO DO DIREITO DE VIVER DA MULHER NEGRA BRASILEIRA

Os números que descrevem a violência contra a população feminina negra no Brasil apontam para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres a fim de terem seus direitos constitucionais efetivamente reconhecidos. De acordo com Waiselfisz (2015), com base nos dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocupa a quinta posição, num grupo de 83 (oitenta e três) países, em taxas de homicídios contra mulheres. Ainda, segundo o autor, apenas os países de El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa evidenciaram taxas superiores que as taxas brasileiras.

Nesta pesquisa, evidenciou-se que, em um lapso temporal de 17 anos, de 2000 a 2017, os índices de vitimização de **mulheres negras** no Brasil foram maiores que das **mulheres não negras**, conforme se comprova através das figuras 1 e 2.



FIGURA 1 – Feminicídios praticados contra **Mulheres Não Negras** no Brasil

Fonte: Dados do Ipea organizados pelos autores.



FIGURA 2 – Feminicídios praticados contra **Mulheres Negras** no Brasil

Fonte: Dados do Ipea organizados pelos autores.

A Figura 1 demonstra a evolução do feminicídio praticado contra as **Mulheres Não Negras** no Brasil, entre os anos de 2000 a 2017. Verifica-se que houve um decréscimo de 12,52% dessa evolução. Observando o gráfico, percebem-se dois momentos de queda mais intensas nos índices, no ano de 2007 e entre os anos de 2015 a 2017. Sugestiona-se que a criação da Lei nº 11.340, instituída em 2006 e conhecida como Lei Maria da Penha, possa justificar a queda dos feminicídios no ano de 2007. Enquanto que a Lei nº 13.104, que instituiu o feminicídio em 2015, tenha refletido na queda da violência contra a vida das Mulheres Não Negras no período de 2015 a 2017.

No que se refere a violência contra a vida das **Mulheres Negras**, a Figura 2 retrata o oposto da figura anterior. Nela se evidencia a evolução dos casos de feminicídios contra a população de Mulheres Negras no nosso país. Um acentuado crescimento (99,51%) de feminicídios foi identificado a partir do ano de 2000 até 2017. O Brasil, mesmo com a edição da Lei nº 13.104, sancionada em 2015 - que incluiu o instituto do feminicídio no rol dos crimes hediondos - não foi capaz de conter a crescente violência contra a vida das mulheres negras, diferente do contexto de violência verificado contra as Mulheres Não Negras.

Os dados das Figuras 1 e 2 apresentam dois cenários distintos: a queda nos índices de feminicídio contra as **Mulheres Não Negras** e o aumento na prática de feminicídio contra as **Mulheres Negras**, principalmente a partir do ano de 2012. A situação evidenciada denuncia uma vertente a um racismo velado e instituído na sociedade brasileira. Carneiro (2017) sugere que as Mulheres Negras possam não estar efetivamente recebendo o apoio necessário do Estado. Pina (2016) explica que as Mulheres Não Negras costumam ser mais bem atendidas quando denunciam alguma violência sofrida em comparação ao atendimento às Mulheres Negras.

Sobre isso, Ferreira (2018) acrescenta que a rejeição de cunho afetivo imposta pela própria sociedade à Mulher Negra, como, por exemplo, a dificuldade da inserção no mercado de trabalho, a torna dependente financeira dos seus pares e gera uma solidão que a faz calar diante de certos atos de violência, deixando evoluir a agressão contra si mesma. Gonçalves Filho (2017) trata esse aumento nos índices do feminicídio contra as Mulheres Negras como um efeito de um fenômeno histórico, como se fosse à luta de um grupo contra outro, como se o ataque à Mulher Negra fosse um ataque a própria coletividade.

Com relação ao aumento exacerbado dos índices de feminicídio, Leite *et al* (2017) questiona se os resultados verificados não poderiam ser reflexo de uma possível melhora nos registros da declaração dos óbitos; na qualidade com que a informação perpassa num formato de maior transparente entre os estados; no preenchimento mais adequado dos documentos; e na coleta realizada com maior seriedade desses dados; e não necessariamente pelo aumento dos atos de violência de forma física contra as Mulheres Negras.

Segundo Hirakata, Leites e Meneguel (2014) fazem-se necessário considerar que as mortes por gênero e raça constituem um indicador que pode estar associado às sociedades mais violentas, pois, segundo os autores, quanto maior a violência verificada no contexto social, mais vitimizadas e penalizadas serão as mulheres, principalmente as negras. Para os autores, a desigualdade de gênero é favorecida pela violência ramificada na sociedade.

O Brasil é composto por vinte e seis estados e um distrito federativo. Somando, temos 27 (vinte e sete) unidades federativas. Em uma série temporal de 17 (dezesete) anos - de 2000 a 2017 - foram interrompidas 43.042 (quarenta e três mil e quarenta e dois) vidas de mulheres negras em todo território nacional. A taxa de mortes das mulheres, por causas externas, como feminicídio, por exemplo, somam maior número que as mortes sofridas por acidente de trânsito e suicídio, pela população feminina (MALTA *et al*, 2017).

A Figura 3 apresenta os números de feminicídio praticado contra **Mulheres Negras** por Unidades Federativas.

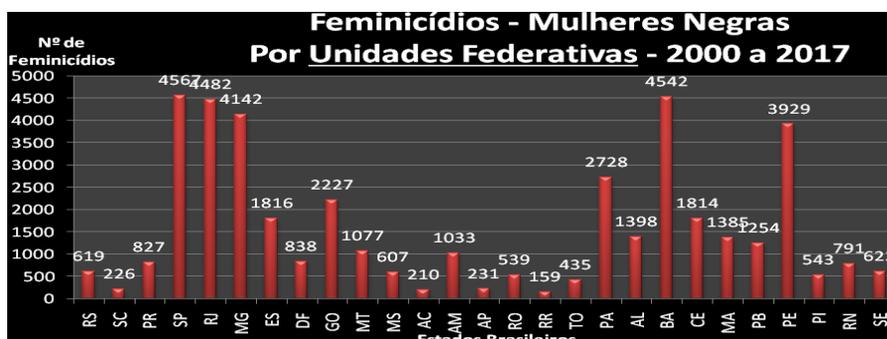


FIGURA 3 – Feminicídios praticados contra Mulheres Negras por Unidades Federativas.

Fonte: Dados do Ipea organizados pelos autores.

Nos dezessete anos analisados, verificou-se elevados resultados nos estados de São Paulo (11,0%), Rio de Janeiro (10,0%), Minas Gerais (10%), Bahia (11,0%) e Pernambuco (9,0%). Os estados de Santa Catarina, Acre, Amapá e Roraima foram os que apresentaram os menores números de feminicídios contra as Mulheres Negras, nenhum deles com taxa superior a 1,0%.

Silva *et al* (2013) explicam que nos grandes centros urbanos, o perfil das mulheres com vidas interrompidas é ser jovem, solteira, de baixa escolaridade e renda, vítimas de violência física e/ou sexual e, além disso, NEGRA. De acordo com o entendimento de Malta (2017), a violência contra a vida torna-se mais exacerbada em condições sociais de desigualdades estruturais e em espaços urbanos degradados. Além de serem mais comumente observadas entre pessoas que fazem uso de álcool e drogas e apresentam condições de vínculos familiares frágeis. Segundo a Organização das Nações Unidas (2016), esses atos violentos são resultantes de uma cultura discriminatória, de atos de violência sexual e do machismo impregnado na sociedade.

Diante dessa problemática, que frustra o direito à vida das Mulheres Negras no nosso país, Peres *et al* (2011) sugerem algumas ações que atuariam como proteção à população vulnerável, como: investimentos em políticas sociais; programas de redução de pobreza; desarmamento civil; encarceramento dos delinqüentes; criação de rede interdisciplinar que aproximasse educação, saúde e segurança; formação em temas de igualdade, gênero e raça; ampliação dos serviços de acompanhamento psicológico e valorização da vida das mulheres.

Enfim, estratégias de controle e combate ao feminicídio, sejam de cunho social, político ou tecnológico, são urgentes e devem ser implantadas e fiscalizadas com muita seriedade em todo o nosso país. As mulheres negras não podem continuar com suas vidas ceifadas dessa forma. As políticas públicas precisam assistir, urgentemente, essas populações. O Brasil precisa olhar com maior seriedade para a vida das mulheres negras brasileiras.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto geral, verificou-se, que os casos de feminicídios raciais no Brasil, praticados contra as Mulheres Negras brasileiras, apresentaram um aumento percentual de 99,51% se comparados os anos de 2000 com 2017, constatando a gravidade e o aumento descontrolado desta manifestação violenta e inadmissível contra a população feminina negra. Em contrapartida, em Mulheres Não-Negras, esse percentual apresentou um decréscimo de 12,52% desses números, concluindo que os índices de vitimização de **Mulheres Negras** são maiores que de **Mulheres Não Negras** no território brasileiro.

Na série temporal de 17 (dezessete) anos – 2000 a 2017 - foram interrompidas 43.042 (quarenta e três mil e quarenta e dois) vidas de Mulheres Negras em todo território

nacional. No que tange às Unidades Federativas pesquisadas, verificou-se elevados resultados nos casos de feminicídios contra Mulheres Negras nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Os estados de Santa Catarina, Acre, Amapá e Roraima foram os que apresentaram os menores percentuais.

Com esses preocupantes resultados, o Brasil acaba ocupando a triste posição de quinto lugar em violência contra a mulher, dentre mais de oitenta países do mundo. Da mesma forma, confirma a necessidade de implementar urgentes e eficientes medidas que suprimam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que tentam alcançar com efetividade seus direitos constitucionais. Somente nessa direção, será possível, efetivamente, impedir que o feminicídio frustre o direito de viver da mulher negra brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira; LONGHI, Márcia. Para Compreender Gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de (Orgs.). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente**. Recife: EDUFPE, 2009. p. 75-96.

ALBUQUERQUE, Kristine Kelly de. Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da penha vai às ruas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.28, n.2, 2020.

AVELINO, Daniel Pitangueira de *et al.* **Conselhos Nacionais de Direitos Humanos: uma análise da agenda política** / Daniel Pitangueira de Avelino, Igor Ferraz da Fonseca, João Cláudio Basso Pompeu. – Brasília: IPEA, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

FERREIRA, Lorena Ribeiro. Engravidei, pari cavalos e aprendi a voar sem asas: reflexões acerca da afetividade e solidão da mulher negra. **Darandina Revista Eletrônica**, v. 11, n. 2. p. 1-18, 2018. Disponível em <http://www.ufjf.br/darandina/files/2018/12/Artigo-LorenaRibeiro.pdf>. Acesso em 22/09/2020. ISSN: 1983-8379.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A dominação racista: o passado presente. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 143-159.

HIRAKATA, V. N.; LEITES, G. T.; MENEGUEL, S. N. Homicídios femininos no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira Epidemiol**, 2014; 17 (3): 642-653.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Plataforma virtual. Disponível em:< <https://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em: 10 agosto 2020.

LEITE, Franciele Marabotti Costa *et al.* Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, vol.22, n.9, p. 2971-2978, 2017.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Mortalidade e anos de vida perdidos por violências interpessoais e autoprovocadas no Brasil e Estados: análise das estimativas do estudo Carga Global de Doença, 1990 e 2015. **Revista Brasileira Epidemiol**, vol.20, supl.1, p. 142-156, maio, 2017.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; Diretrizes nacionais buscam solução**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasilquinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscamsolucao>> Acessado em 23 de setembro de 2020.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília; 2002. Disponível em: <http://www.opas.org.br/relatoriomundial-sobre-violencia-e-saude/> Acessado em: 25 de setembro de 2020

PERES, M.F.T. *et al.* Queda dos homicídios no Município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. **Revista Brasileira Epidemiol**, vol.14, n.4, p. 709-721, 2011.

PINA, Rute. **Lei Maria da Penha completa 10 anos como referência, mas com problemas de execução**. Brasil de Fato, São Paulo, 05/08/2016. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/05/lei-maria-da-penha-completa-10anoscomo-referencia-mas-comproblemas-deexecuca>>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

SCHUMAHER, Shuma. O Lobby do Batom, para dar o nosso tom: a Constituição Federal e os avanços no âmbito da família e da saúde. In. **Anais de Seminário: 30 Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes**, 2018.

SILVA, M. A. *et al.* Mulheres vítimas de homicídio em Recife, Pernambuco, Brasil, 2009/2010: um estudo descritivo. **Caderno Saúde Pública**, vol.29, n.2, p. 391-396, 2013.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arma 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 214, 218

C

Comissão interamericana de direitos humanos 1, 2, 3, 4, 6, 9, 11

D

Democracia 106, 107, 171, 172, 195, 202, 204, 205, 206, 207, 209

Direito 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 58, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 94, 96, 97, 98, 102, 103, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 130, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 155, 157, 158, 161, 165, 177, 180, 181, 187, 190, 192, 193, 195, 197, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 218, 220, 221

Direito à saúde 68, 70

Direito das crianças 12, 20, 22, 24

Direitos humanos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 68, 69, 70, 74, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 94, 95, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 120, 148, 159, 163, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 183, 184, 198, 199, 203, 205, 210, 218, 221

E

Estado 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23, 26, 27, 28, 34, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 63, 64, 69, 71, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 123, 129, 130, 133, 134, 138, 140, 145, 150, 152, 153, 157, 158, 159, 161, 165, 167, 168, 174, 176, 177, 180, 185, 188, 189, 190, 193, 200, 204, 205, 210, 211, 221

F

Feminicídio 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158

Filosofia 184, 185, 190, 193, 194

G

Gênero 55, 108, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 166, 167, 172, 174, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 218, 220

J

Justiça 6, 8, 9, 12, 25, 28, 35, 37, 51, 52, 61, 62, 63, 65, 67, 74, 75, 76, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 106, 107, 113, 114, 116, 117, 120, 122, 127, 156, 157, 158, 161, 163, 165, 167, 168, 170, 171, 172, 176, 189, 191, 193, 194, 195, 203, 204, 206, 207, 208, 209

L

Lei de execução penal 68, 70, 73, 76, 77, 81, 94, 109, 112, 113, 115, 119, 120

M

Mobilidade urbana 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Mulher 55, 123, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 198, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

P

Pacote anticrime 54, 62, 66, 68, 70, 75

Persecução penal 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Política 12, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 42, 50, 56, 69, 79, 92, 94, 97, 100, 101, 103, 107, 115, 119, 134, 140, 148, 161, 162, 184, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 204, 208, 209, 210, 212

Políticas públicas 7, 21, 27, 29, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 88, 98, 103, 104, 111, 115, 120, 142, 147, 150, 152, 155, 156, 174, 192, 199, 221

População negra 96, 97, 100, 103, 105, 108

Porte 34, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Posse 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 169, 189, 212

R

Rebeliões 78, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Refugiados 15, 16, 23, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 179

S

Segregação 103, 107, 191, 213, 214, 216, 218, 220

Sistema prisional 76, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 106, 110, 114, 115, 119, 120, 175

Sociedade 10, 14, 25, 28, 32, 33, 34, 35, 42, 46, 47, 52, 68, 69, 71, 74, 75, 80, 81, 82, 85, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 133, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 166, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 185, 189, 190, 191, 193, 196, 200, 202, 204, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221

Sociedade patriarcal 158, 213, 214, 215, 217

Superlotação 78, 79, 80, 81, 82, 90, 93, 109, 113, 114, 115, 118, 119, 173, 175, 176

V

Violência doméstica 55, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 166, 189, 192, 214, 218, 219

DIREITO:

JUSTIÇA, POLÍTICAS
PÚBLICAS E AS
RELAÇÕES ENTRE
ESTADO E SOCIEDADE

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

DIREITO:

JUSTIÇA, POLÍTICAS
PÚBLICAS E AS
RELAÇÕES ENTRE
ESTADO E SOCIEDADE

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021